



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 121/2021

Montes Claros, 13 de setembro de 2021.

PARECER TÉCNICO - PT DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO			
PROCESSO SLA nº:	4201/2021	SITUAÇÃO PELO:	Indeferimento
EMPREENDEDOR:	LUCIANE PIRES FELIX E CIA LTDA.	CNPJ:	13.275.013/0001-15
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Porteirinha - Ribeirão do Jequi	CNPJ:	13.275.013/0001-15
MUNICÍPIO(S):	Fruta de Leite/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: - Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço; - Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL:
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	2	1
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	2	1
A-05-06-2	Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Marney Juno de Borgonha		CREA/MG 205.516/D	
AUTORIA DO PARECER:			MATRÍCULA:

Rodrigo Macedo Lopes - Gestor Ambiental Diretoria Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM	1.322.909-1
DE ACORDO: Gislando Vinícius Rocha de Souza Diretor Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM	1.182.856-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Macedo Lopes, Servidor(a) Público(a)**, em 13/09/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor(a)**, em 15/09/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35091692** e o código CRC **6814BC88**.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 1 de 8
Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.		

1. Resumo.

O presente Parecer Único dispõe sobre a apreciação do requerimento de licenciamento ambiental na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS, para o qual foi informado que o empreendimento LUCIANE PIRES FELIX E CIA LTDA está em fase de projeto, conforme caracterização via Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA do processo 4201/2021.

O empreendedor pretende desenvolver as seguintes atividades:

- A-02-07-0 - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento;
- A-05-05-3 - Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários;
- A-05-06-2 - Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção.

Conforme SLA, para formalização de processo de licenciamento o empreendedor foi orientado a apresentar o Relatório Ambiental Simplificado – RAS e demais documentos necessários à instrução processual.

Após a análise técnica da caracterização do empreendedor no SLA assim como do estudo ambiental apresentado, sugere-se na conclusão deste PU o indeferimento do requerimento de licenciamento ambiental do empreendimento em tela. Portanto, não foram solicitadas informações complementares e não foi realizada vistoria técnica no empreendimento.

2. Histórico administrativo do empreendimento.

Em consulta ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM foram encontrados os seguintes registros:

- Processo 01858/2002/001/2002 - Licença Operação Pesquisa Mineral – LOP;
- Processo 09914/2006/001/2008 – Autorização Ambiental de Funcionamento AAF;
- Processo 09914/2006/002/2013 – Autorização Ambiental de Funcionamento AAF;
- Processo 09914/2006/003/2017 – Autorização Ambiental de Funcionamento AAF.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 2 de 8
	Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.	

3. Localização e Caracterização do empreendimento

O empreendimento está situado na Fazenda Porteirinha - Ribeirão do Jequi, precisamente nas coordenadas geográficas Latitude 16°10'8.68"S e Longitude 42°35'14.25"O, zona rural do município de Fruta de Leite/MG. O imóvel rural está inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR sob nº MG-3127073-58F0.7547.6E13.1326.FF0A.79Q0.F0AB.9B59.

As atividades pretendidas estão descritas no quadro a seguir. Conjugando o porte (Pequeno) do empreendimento e o potencial poluidor/degradador (Médio) das referidas atividades, o enquadramento resultou em classe 2 conforme Tabela 2 da DN COPAM 217/2017.

Código	Parâmetro	Quantidade / Unidade	Potencial poluidor/degradador	Porte	Classe	Fator locacional
A-02-07-0	Produção bruta	49.000 ton/ano	Médio	Pequeno	2	1
A-05-05-3	Extensão	2 km	Médio	Pequeno	2	1
A-05-06-2	Vol. da cava	100.000 m³	Médio	Pequeno	2	1

Quadro 01: Classificação das atividades pretendidas pelo empreendedor.

Apesar do empreendedor não ter informado os critérios locacionais incidentes, em consulta a Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE do SISEMA, foi verificado que o empreendimento está situado em área de Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, para o qual não foi apresentado o estudo específico conforme termo de referência disponível no site da SEMAD. O critério locacional Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas, também não foi considerado pelo empreendedor.

4. Da análise do processo

Ao caracterizar o empreendimento no SLA, foi informado que o mesmo ainda se encontra em fase de projeto, conforme figura abaixo.

Fatores que Alteram a Modalidade

cód:11001
O empreendimento se encontra em qual fase de desenvolvimento?

☒ Projeto
☐ Instalação
☐ Operação

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 3 de 8
	Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.	

Figura 01: Fase do empreendimento. Fonte: SLA.

Já o Módulo 2 do Relatório Ambiental Simplificado, informa que o empreendimento está em fase de operação, a iniciar, como observado no trecho extraído do RAS.

MÓDULO 2 - REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL				
2.1 ATIVIDADE(S) DO EMPREENDIMENTO OBJETO DE REGULARIZAÇÃO PELO RAS				
Código da atividade (conforme o DN COPAM nº 217/2017)	Atividade (transcreva para este campo o texto correspondente ao código da DN COPAM nº 217/2017)	Parâmetro e unidade de porte (Conforme o código da DN COPAM nº 217/2017)	Quantidade (Conforme o porte da atividade objeto da licença)	Estágio atual da atividade (Assinale abaixo a situação correspondente)
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	Produção bruta	49.000 t/ano	<input type="checkbox"/> Fase de projeto <input type="checkbox"/> Fase instalação (marque abaixo) <input type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../.... <input type="checkbox"/> Fase operação (marque abaixo) <input checked="" type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../....
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	Extensão	2 km	<input type="checkbox"/> Fase de projeto <input type="checkbox"/> Fase instalação (marque abaixo) <input type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../.... <input type="checkbox"/> Fase operação (marque abaixo) <input checked="" type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../....
A-05-06-2	Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção	Volume da cava	100.000 m³	<input type="checkbox"/> Fase de projeto <input type="checkbox"/> Fase instalação (marque abaixo) <input type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../.... <input type="checkbox"/> Fase operação (marque abaixo) <input checked="" type="checkbox"/> a iniciar <input type="checkbox"/> iniciada em/..../....

Figura 02: Módulo 2. Fonte: RAS.

Todavia, quando analisado o relatório fotográfico apresentado pelo empreendedor, percebe-se que o empreendimento já está em operação conforme figuras 03 e 04. Por esse motivo, o empreendedor será autuado, por operar o empreendimento sem a devida autorização ambiental.



Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021
Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.

2- Frente de Lavra, Pilhas de Estéril e Estradas Internas

As figuras a seguir mostram a situação atual da frente de lavra, pilha de estéril e estradas internas.



Figura 7: Classificação de minério

Figura 03: Frente de Lavra. Fonte: Relatório Fotográfico.



Figura 8: Praça de trabalho

Figura 04: Praça de trabalho. Fonte: Relatório Fotográfico.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 5 de 8
Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.		

Desse modo, na situação de informação equivocada do empreendedor na caracterização do empreendimento, quando propositalmente ou por desídia, a Instrução de Serviço 06/2019 indica o indeferimento do processo, como se lê:

Por último, a caracterização com erros crassos por parte do empreendedor, que apontem má-fé do mesmo, ou mesmo desídia, e saiam do escopo previsto para a decisão por inépcia citada abaixo no item 4, também deverá resultar no **indeferimento do processo** administrativo por falta de cumprimento dos pressupostos processuais necessários à emissão do ato autorizativo. (g.n).

4.1. Declaração do Município de Fruta de Leite

O processo 4201/2021 foi formalizado pelo empreendedor em 19/08/2021 na SUPRAM NM para as atividades supracitadas. Ao analisar os documentos enviados pelo empreendedor que são necessários para a correta instrução do processo, verificou-se que a declaração municipal que atesta a regularidade do empreendimento quanto ao uso e ocupação do solo não está em conformidade com o disposto no art. 18 do Decreto 47.383/2018, onde se lê:

Art. 18 - O processo de licenciamento ambiental deverá ser obrigatoriamente instruído com a certidão emitida pelos municípios abrangidos pela Área Diretamente Afetada - ADA - do empreendimento, cujo teor versará sobre a conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.

§ 1º - A certidão de que trata o *caput* deverá ser apresentada durante o trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, **sob pena de arquivamento do processo.**

§ 2º - Quanto à forma, respeitadas as demais exigências legais, as certidões emitidas pelos municípios devem conter:

I - identificação do órgão emissor e do setor responsável;

II - identificação funcional do servidor que a assina;

III - descrição de todas as atividades desenvolvidas no empreendimento.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 6º do Decreto nº 47.837, de 9/1/2020.) (g.n).

Dessa forma, como se observa na figura 05, o documento apresentado não possui a assinatura do prefeito do município de Fruta de Leite, o que não atende os requisitos do mencionado dispositivo, configurando caso de arquivamento do processo, caso não fosse sugerido seu indeferimento.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 6 de 8
Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.		

DECLARAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Fruta de Leite - MG declara para fins de obtenção de Licenciamento Ambiental Simplificado, na modalidade LAS-RAS, requerido junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD, número da solicitação 2021.08.01.003.0001012, com as seguintes atividades desenvolvidas (A-02-07-0 Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento Produção bruta de 49.000 t/ano, A-05-06-2 Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção Volume da cava 100.000 m³ e A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários Extensão de 2 km), localizado na Fazenda Porteirinha, Ribeirão do Jequi, Zona Rural de Fruta de Leite, que estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos deste município, especialmente com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

Fruta de Leite – MG, 13 de agosto de 2021.

Nixon Marlon Gonçalves das Neves
Prefeito Municipal de Fruta de Leite

Figura 05: Declaração municipal. Fonte: SLA.

4.2. Outras inconsistências do processo

Esclarece-se ainda que como o processo SLA 4201/2021 foi analisado na sua integralidade, a seguir algumas inconsistências que devem ser sanadas para eventual formalização de novo processo.

- No item 5.1 do RAS (Uso de Água) é informado que a captação de água ocorrerá por meio de poço tubular, porém não foi apresentado comprovante de regularização do uso do recurso hídrico.
- No item 4.5 do RAS (Método Produtivo) é informado que a disposição do rejeito/estéril será através de Pilhas, no entanto, essa atividade não foi incluída na caracterização do empreendimento, bem como apresentada as medidas de controle.
- Não foi apresentado arquivo shapefile da planta topográfica planialtimétrica, conforme orientação do termo de referência, o qual deve conter delimitações da

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 7 de 8
Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.		

poligonal da ANM; da área diretamente afetada (ADA) do empreendimento; da área de intervenção ambiental; das áreas de lavra e disposição de estéril e rejeitos; da infraestrutura do empreendimento e suas áreas correspondentes; da área ocupada por atividades acessórias objeto do presente RAS, inclusive estradas para transporte de minério/rejeito externas aos limites do empreendimento; dos acessos existentes; da rede hidrográfica local e do entorno do empreendimento, incluindo nascentes; rede de monitoramento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos; Área de Reserva Legal; Áreas de Preservação Permanente; dentre outros aspectos ambientais relevantes.

- Segundo informado na caracterização do SLA, o processo 4201/2021 trata-se de nova solicitação. Contudo, quando perguntado se o empreendimento sob licenciamento obteve alguma licença anteriormente, foi informado que sim, por meio da AAF 1337/2017 (Processo Administrativo 09914/2006/003/2017). Todavia, as coordenadas UTM X: 758914.00 m E Y: 8211753.00 m S (23 K) informadas na Autorização Ambiental de Funcionamento, trata-se de outra área, de propriedade de João Pereira dos Santos. Já a área objeto do licenciamento sob processo 4201/2021, a propriedade é de Djalma Batista Loiola.
- Considerando que o local do empreendimento está situado em área de influência do Patrimônio Cultural (IEPHA/MG), não foi apresentado manifestação ou anuência do IEPHA/MG ou Declaração que o empreendimento não causará impacto em bem cultural acautelado. Nesse sentido, em consonância com o art. 27 da Lei Estadual nº 21.972, de 2016.
- Considerando que o local do empreendimento está situado em Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, não foi apresentado o estudo conforme termo de referência, disponível no site da SEMAD. Na caracterização do empreendimento não se considerou o critério locacional: Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas.
- Quando perguntado se a atividade ou o empreendimento terá impacto real ou potencial sobre cavidades naturais subterrâneas que estejam localizadas em sua ADA ou no entorno de 250 metros, o empreendedor respondeu que não. Todavia, ressalta-se que para tal afirmação é necessária à realização da prospecção

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas	13/09/2021 Pág. 8 de 8
Parecer nº 121/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021 Processo SEI 1370.01.0046396/2021-42.		

espeleológica. Considerando ainda que a atividade requerida (mineração) pode trazer impactos negativos e irreversíveis em caso de cavidades, o empreendedor deverá apresentar o estudo espeleológico, observando as seguintes orientações:

Apresentar a prospecção espeleológica para toda a ADA e seu entorno de 250 metros do empreendimento com metodologia, mapa de potencial, mapas específicos, densidade da malha das trilhas, identificação das feições e caminhamento, conforme Anexo II (Termo de referência para estudos de prospecção espeleológica) da IS SISEMA 08/2017 REVISÃO 1. O arquivo contendo toda a trilha percorrida no caminhamento deverá ser entregue no formato GPX e KML. Deverá conter nos estudos a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao conselho profissional dos profissionais responsáveis pelo estudo e o Cadastro Técnico Federal (CTF) da empresa responsável pela prospecção e dos responsáveis técnicos.

5. Conclusão

Em razão da caracterização equivocada quanto a fase do empreendimento, bem como as inconsistências supracitadas, sugere-se o **INDEFERIMENTO** da solicitação de licenciamento ambiental na modalidade de **Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS** do **empreendimento LUCIANE PIRES FELIX E CIA LTDA.**, nos termos e critérios do Processo Administrativo PA nº 4201/2021.